

**SIG n. 06.2022.00000272-5**

**OBJETO: Apurar a possível realização indiscriminada de processos seletivos simplificados para o Município de Ascurra**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Ascurra/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça VICTOR ABRAS SIQUEIRA, doravante designado **COMPROMITENTE** e **MUNICÍPIO DE ASCURRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 83.102.772/0001-61, sediada na Rua Benjamin Constant, n. 221, Centro, em Ascurra, representado por **ARÃO JOSINO DA SILVA**, brasileiro, prefeito municipal, inscrito no CPF n. 075.880.349-47 e RG n. 4.129.961, doravante denominada **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00000272-5, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei

Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, "*caput*", CF/88);

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, bem como fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, "*caput*", e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

**CONSIDERANDO** que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios "*zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público*" (art. 23, inciso I, CF/88);

**CONSIDERANDO** que o legislador constituinte criou duas exceções à regra de concurso público como condição para o ingresso no serviço estatal. São elas: o preenchimento de cargos comissionados, que se dá por livre nomeação, e a contratação por tempo determinado, para atender excepcional necessidade de interesse público, mediante a realização de processo seletivo;

**CONSIDERANDO** que o Ex-Ministro Paulo Brossard, em seu relatório, na decisão que deferiu medida cautelar nos autos da na ADI-MC 890 do STF, arrolou os requisitos para contratação de temporários: "A regra é o concurso público, as duas exceções são para os cargos em comissão referidos e as contratações de pessoal, mas estas são subordinadas simultaneamente às seguintes condições: a) deve existir previsão em lei dos casos possíveis; b)

devem ter tempo determinado; c) deve atender necessidade temporária; d) a necessidade temporária deve ser de interesse público; e e) o interesse público deve ser excepcional. (D.J. De 01/02/94)";

**CONSIDERANDO** que a contratação temporária não está sujeita à discricionariedade do administrador, só sendo lícita quando observar as condições que a lei autorizadora vier a estabelecer, além das dispostas no próprio inciso IX, do artigo 37 da CF;

**CONSIDERANDO** que a contratação de temporários também deve observância aos Princípios da Razoabilidade e Moralidade;

**CONSIDERANDO** o Processo Seletivo 002/2021, que expôs a necessidade de suprimimento das vagas para os seguintes cargos:

AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS – DENGUE

AGENTE OPERACIONAL

ASSISTENTE SOCIAL

ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CONTADOR

ENFERMEIRO

ENFERMEIRO – PSF (EMPREGO PÚBLICO)

ENGENHEIRO CIVIL

MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO (EMPREGO PÚBLICO)

NUTRICIONISTA

OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

ORIENTADOR PEDAGÓGICO

PROCURADOR

PROFESSOR DE ARTES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROFESSOR II

SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

TÉCNICO DE SEGURANÇA NO TRABALHO

**CONSIDERANDO** que as atividades acima listadas, com exceção daquelas relacionadas à área da saúde (em razão da Pandemia da COVID-19) e da educação (em que há divergência complexa acerca das sucessivas contratações temporárias), relacionar-se-iam, em regra, ao atendimento de demandas contínuas, corriqueiras e essenciais ao funcionamento básico da máquina pública municipal, razão pela qual não restaria caracterizada a necessidade temporária e excepcional que permite a contratação de agentes públicos temporários, como medida excepcional ao princípio geral do concurso público;

**CONSIDERANDO** que estas funções somente podem ser exercidas por agentes submetidos a regime jurídico estatutário, que contém regras compatíveis com o exercício dessas atribuições. Do mesmo modo, é incabível a contratação temporária para execução de serviços meramente burocráticos, hipótese em que não se configura o excepcional interesse público;

**CONSIDERANDO** que os serviços demandados pelo Município de Ascurra no certame investigado representam atividades corriqueiras e necessidades perenes, e deveriam, portanto, ser executadas por servidores concursados, sendo ilegal a contratação de temporários para

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ASCURRA  
execução de tarefas rotineiras da Administração Pública; e

**CONSIDERANDO** que haveria prejuízo à continuidade do serviço público caso o Município tenha que aguardar a realização de concurso público;

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça ora subscrevente, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Ascurra/SC, e o **COMPROMISSÁRIO RESOLVEM** formalizar, neste instrumento, termo de compromisso de ajustamento de condutas, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto regulamentar o correto preenchimento dos cargos do Poder Executivo do Município de Ascurra, com a esmerada realização de concurso público.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Das obrigações:**

**Item 1** – O Processo Seletivo n. 002/2021 terá vigência de 12 meses, a partir de 1º de fevereiro de 2022, não podendo ser prorrogado em nenhuma hipótese, sob pena de multa estipulada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

**Item 2** – O **COMPROMISSÁRIO** deverá elaborar e finalizar concurso público para o preenchimento das vagas de AGENTE OPERACIONAL, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, CONTADOR, ENGENHEIRO CIVIL, OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, PROCURADOR, SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS e TÉCNICO DE SEGURANÇA NO

TRABALHO até 1º de fevereiro de 2023, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL;

**Item 3** – Qualquer outro cargo que for preenchido por processo seletivo durante o ano de 2022, em desacordo com a obrigatoriedade do concurso público, deverá ter por prazo final 1º de fevereiro de 2023, não podendo ser prorrogado em nenhuma hipótese, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL; e

**Item 4** - O **COMPROMISSÁRIO** deverá realizar concurso público para os cargos preenchidos nos termos do "Item 3", devendo ser o certame finalizado até 1º de fevereiro de 2023, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – Das exceções da cláusula segunda**

**Item 1** – Fica ressalvado da obrigatoriedade de rescisão ao término do prazo fixado neste TAC, podendo ser prorrogado por até um ano, a contratação temporária de servidor ocupante do cargo de Supervisor de Recursos Humanos, até que ocorra o trânsito em julgado de decisão terminativa nos autos n. 5000128-07.2019.8.24.0104; e

**Item 2** – Fica ressalvada a realização de processos seletivos simplificados para substituição de pessoal em observância às hipóteses previstas em lei (férias, licenças, afastamentos etc.).

### **CLÁUSULA QUARTA - Da inexecução**

A inexecução do presente compromisso pelo

**COMPROMISSÁRIO**, e a inobservância a quaisquer dos prazos e obrigações fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, iniciar a imediata execução do presente título.

**CLÁUSULA QUINTA - Da possibilidade de aditamento do TAC**

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA SEXTA - Da postura do Ministério Público**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo eventual execução, caso haja necessidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA - Da abrangência do compromisso**

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**CLÁUSULA OITAVA - Da vigência**

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

**CLÁUSULA NONA - Da formação do título executivo extrajudicial**

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, sendo que o arquivamento do **Inquérito Civil n. 06.2022.00000272-5** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Ciência do Arquivamento**

Fica, desde logo, o **COMPROMISSÁRIO** cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Foro competente**

As partes elegem o foro da Comarca de Ascurra/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso, em 02 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao



Ascurra/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

[assinado digitalmente]

**VICTOR ABRAS SIQUEIRA**  
**Promotor de Justiça**

**MUNICÍPIO DE ASCURRA**

Representado por ARÃO JOSINO DA  
SILVA  
Compromissário